

HABEAS CORPUS Nº 569.988 - RO (2020/0077876-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
JAIME LEONIDAS MIRANDA ALVES
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : WILIAN DE OLIVEIRA BOGADO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILIAN DE OLIVEIRA BOGADO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Narra o *writ* que o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 129, § 1º, I, e § 9º, do Código Penal.

Relata a impetrante que o paciente foi citado pessoalmente, tendo a Defensoria Pública apresentado resposta à acusação. A audiência de instrução foi designada para o dia 20/4/2020. Em 4/2/2020 o paciente compareceu à Defensoria Pública para apresentar rol de testemunhas. Nesta oportunidade foi protocolado o pedido de arrolamento das testemunhas. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público em 13/2/2020, que se manifestou pelo indeferimento do pedido da defesa, cujo pedido foi acatado pelo Juízo de primeiro grau com o fundamento de que "o acusado teve o momento próprio (resposta à acusação), para apresentar o rol de testemunhas. Dessa forma, indefiro o pedido de fls. 129/131, uma vez que ocorreu a preclusão consumativa." (fl. 4).

A impetrante requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja flexibilizada a preclusão e possibilite o arrolamento de testemunhas a *posteriori* ou, subsidiariamente, a suspensão da ação penal até o julgamento do presente *habeas corpus*.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ*

Superior Tribunal de Justiça

originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente